



POR UMA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Alecsandra Matias de Oliveira¹

Não basta saber ler que “Eva viu a uva”. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho. Paulo Freire

Na construção dos discursos contemporâneos, acirra-se de modo significativo o embate entre “tradicionais formas de sociabilidade” – Estado e família, por exemplo, e a iminência de uma Epistemologia do Sul presente em reflexões atualíssimas. Essa “sociabilidade tradicional”, com muita ênfase nas aspas, está fincada em concepções eurocêntricas, padronizadoras, patriarcas e heteronormativas, ao passo que as novas interpretações decoloniais dão espaço ao pertencimento, à diferença e à pluralidade. Sob as perspectivas decoloniais, as antigas instituições, tais como, a família, o Estado, a escola, a Igreja, têm sofrido questionamentos relevantes, especialmente, a partir dos anos de 1990, com o fim da polaridade capitalismo *versus* socialismo e a emergência das reivindicações das “ditas minorias sociais”.

Assim, a educação e a cultura² surgem à cena pública na condução do imaginário e dos procedimentos dos indivíduos/sujeitos. Some-se à arena de disputas, as economias mundiais que, hoje, redescobrem a educação como componente relevante para as estratégias de desenvolvimento. Países industrializados investem na aquisição de conhecimento, ou seja, nas competências cognitivas e sociais de sua população. Porém, nesse processo neoliberal, o livre acesso às ferramentas culturais integra parte dessa ação e, simultaneamente, se constitui como parte do problema. Isto porque a cultura,

¹ Doutora em Artes Visuais pela ECA USP (2008). Atualmente, é especialista em cooperação e extensão universitária do MAC USP, membro da ABCA e pesquisadora do Centro Mario Schenberg de Documentação da Pesquisa em Artes. Autora do livro Schenberg: Crítica e Criação (EDUSP, 2011).

² A cultura é a criação coletiva de ideias, símbolos e valores pelos quais uma sociedade define para si mesma o bom e o mau, o belo e o feio, o justo e o injusto, o verdadeiro e o falso, o puro e o impuro, o possível e o impossível, o inevitável e o casual, o sagrado e o profano, o espaço e o tempo (...). A cultura se manifesta como vida social, como criação das obras de pensamento e de arte, como vida religiosa e vida política. (CHAUÍ, 2005, p. 65).



tida como elemento transversal entre diversas esferas da vida (educação, política, economia, entre outras), pode despertar noções de pertencimento³, identidade e cidadania – esses conceitos têm dupla função: podem habilitar para as novas demandas do mercado de trabalho, mas, invariavelmente, geram indivíduos críticos e conhecedores dos seus direitos e deveres sociais.

Leve-se em conta, também, que os aspectos intrínsecos da união educação/cultura transformam-se em fator problemático, uma vez que tudo depende de qual cultura será adotada no ato educacional, visto que a cultura espelha a visão de uma classe social ou de um grupo étnico que após ser disseminada pela unidade escolar será a “cultura oficial”. Então, a escola pode ser de inclusão ou de exclusão. Por muito tempo, a ideia falsa de meritocracia subjuga a juventude negra e mestiça à discriminação, sendo o sistema escolar um dos mecanismos mais potentes para essa exclusão. Porém, observa hoje uma paulatina, mas potente, mudança.

É nesse quadro geral, que a experiência da educação decolonial toma centralidade nas pautas vigentes e, mais detidamente, nas páginas de **Educação sem retrocesso**, coletânea de textos, organizada por Mônica Amaral e Rosa Iavelberg (São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2020). Duas docentes-pesquisadoras dedicadas à metodologia da educação e à formação de alunos e professores na rede pública escolar; observadoras sagazes dos movimentos que envolvem teoria e prática educacional.

Com o objetivo de “tensionar conceitos e epistemologias eurocêntricas”, segundo as próprias organizadoras, o livro é dividido em duas partes: 1) Os fundamentos de uma educação decolonial: por uma epistemologia do Sul, afro-diaspórica e feminista e, 2) Por uma escola pública insurgente: a interseccionalidade de gênero e raça nas pesquisas educacionais. Na primeira

³ O sentimento de pertencimento – a crença subjetiva numa origem comum que une indivíduos distintos – remete a aspectos culturais e raciais que somados despertam no indivíduo a sensação de pertencer a um lugar (bairro, cidade, país, nação). O indivíduo esforça-se para interferir nos rumos desse lugar e, assim, transformar a sua realidade e a da sua comunidade. AMARAL, A.L. Pertencimento – Dicionário dos Direitos Humanos. [http://www.esmpu.gov.br/dicionario]. Acesso em 20 de março de 2009.



parte do livro, os artigos tratam das novas bases para a educação intercultural, decolonial e feminista, a partir de saberes adquiridos nas lutas africanas e afrodiaspóricas. Já na segunda parte, as reflexões dirigem-se para as práticas pedagógicas que envolvem um campo epistêmico emancipatório, transdisciplinar e interseccional.

A obra traz autores brasileiros, portugueses, franceses e americanos que refletem sobre pesquisas no campo da produção artística, cultural e educacional. São experiências que envolvem a interculturalidade, a sexualidade, as questões de gênero na educação, entre outras demandas, particularmente em escolas públicas no Brasil, na África e nos territórios afrodiaspóricos. Envolvem ainda diversas linguagens artísticas, tais como, a literatura, a poesia, a música (jazz, hip-hop, rap etc.) e as artes visuais – todas as manifestações colocadas por muito tempo na marginalidade frente à educação formal.

Diante do paradoxo neoliberal vivido pela Educação nos últimos 30 anos, as investigações presentes nesta coletânea propõem o emprego de uma Epistemologia do Sul capaz de cindir o monoculturalismo ocidental, a ideia de “ciência neutra”, a noção de tempo evolutivo, o escamoteamento de diferenças e, por fim, o produtivismo sob as bases do capital. Nela, percebe-se que a produção filosófica e científica ocidental necessita ser repensada. Acima de tudo, os textos reunidos mostram novos valores, práticas e modos de construção do conhecimento. Eles trazem alternativas diante do “retrocesso conservador” presente não somente no Brasil, mas em diversas economias mundiais – o questionamento de agentes sociais historicamente subalternizados faz emergir com força o medo da perda dos privilégios há muito consolidados. Por essa razão, a renitência dos “conservadores” torna-se, às vezes, injusta e agressiva – a batalha ganha as ruas.

Nesse sentido, **Educação sem retrocesso** dá materialidade ao debate afrocêntrico e decolonial no campo da educação – solo primeiro para a reflexão e mudanças sociais. Seu conteúdo permite pensar sobre a formação de alunos e professores na escola pública. Assim, a obra torna-se



instrumental para pesquisadores e educadores interessados em novas leituras e interpretações que possam dar conta das atuais condições contemporâneas que exigem, sobretudo, a quebra do machismo e do racismo estrutural e a abertura para a diversidade e pluralidade.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Mônica e IAVELBERG, Rosa. **Educação sem retrocesso**. São Paulo: FEA USP, 2020. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/486>>. Acesso em 08 set. 2020.

AMARAL, A.L. **Pertencimento** - Dicionário dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.esmpu.gov.br/dicionario>>. Acesso em 20 de março de 2009.

CHAUÍ, M. **Convite à Filosofia**. 13. ed., São Paulo: Editora Ática, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.